MF-Segundo Conselho de Contribuin

CC02 C01 Fls. 559



MINISTÉRIO DA FAZENDA SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº

13855.001750/2004-21

Recurso nº

150.599 Voluntário

Matéria

PIS

Acórdão nº

201-81.260

Sessão de

03 de julho de 2008

Recorrente

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES MINERVA LTDA.

Recorrida

DRJ em Ribeirão Preto - SP

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Data do fato gerador: 30/04/2002, 31/05/2002, 31/08/2002

BASE DE CÁLCULO. LEI № 9.718, DE 1998. RECEITAS

FINANCEIRAS.

A ampliação do conceito de faturamento às receitas financeiras pela Lei nº 9.718, de 1998, é inconstitucional, segundo decisão definitivo do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Recurso voluntário provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Josefa Maria COELHO MARQUESI
Presidente

, ...

JOSEANTONO FRANCISCO

Rolator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Ivan Allegretti (Suplente), Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, Alexandre Gomes e Gileno Gurjão Barreto.

Processo nº 13855.001750/2004-21 Acórdão n.º 201-81.260

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasilia, 10 / 09 12008.	CC02 C01 Fls. 560
SiMo S SiMs posa Mar.: S:20e 91745	
	L

Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 533 a 543) apresentado em 14 de novembro de 2007 contra o Acórdão nº 14-17.007, de 21 de setembro de 2007, da DRJ em Ribeirão Preto - SP, do qual tomou ciência a interessada em 22 de outubro de 2007 e que, relativamente a auto de infração de PIS dos períodos de abril, maio e agosto de 2002, considerou procedente o lançamento. A ementa do Acórdão de primeira instância foi a seguinte:

"ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/04/2002 a 31/08/2004

BASE DE CÁLCULO. VARIAÇÕES CAMBIAIS, RECEITAS FINANCEIRAS.

As variações monetárias ativas em função da taxa de câmbio constituem-se em receitas financeiras, incluindo-se na base de cálculo da contribuição.

CONSTITUCIONALIDADE.

A instância administrativa é incompetente para se manifestar sobre a constitucionalidade das leis.

Lançamento Procedente".

O auto de infração foi lavrado em 22 de outubro de 2004 e, segundo o termo de fls. 15 a 19, a ação tiscal iniciou-se "de conclusões anteriores expostas nos trabalhos na empresas CBS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 03.748.214/0001-39, R G O AGROINDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 02.931.110/0001-00 e EMAR AGROINDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 02.447.023/0001-74, na qual a auditoria se deparou com fatos que configuraram INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL, pela criação de INTERPOSTAS PESSOAS vinculadas à empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES MINERVA LTDA - CNPJ 67.620.377/0001-14, que funciona sob a denominação comercial de FRIGORÍFICO MINERVA, na cidade de Barretos/SP".

Nesse contexto, foi apurada omissão de receitas financeiras, resultando autos de infração anteriormente lavrados de IPI, IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

A presente ação fiscal referiu-se especificamente a "vulores de adiantamento sobre contratos de Câmbio (ACC) e sua datas de recebimento e a contrapartida das notas fiscais de venda de mercadorias para o exterior responsáveis pela quitação do referido contrato".

Em relação a tais contratos, apurou-se variação cambial ativa não incluída na base de cálculo da contribuição, que seria exigível com base na Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º.

No recurso, alegou a interessada que a Lei nº 9.718, de 1998, não poderia "equiparar conceitos distintos", no tocante à disposição do art. 9º.

Entretanto, a receita tributável pela contribuição seria a "receita auferida", da qual houvesse "ingresso de um patrimônio novo". Dessa forma, a apuração de variação cambial não representaria auferimento de receita.

1 100

2

Processo nº 13855.001750/2004-21 Acôrdão n.º 201-81.260

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O CRIGINAL	12.
Brasilia. 10 09 12008. Sitvo 917 25 241399 Mat: Supe 91745	CC02 C01 Fls. 561

Citou acórdãos do Superior Tribunal de Justiça nos REsp nºs 501.628 e 643.809 e analisou as disposições do art. 2º da Lei nº 9.718, de 1998.

Ademais, se consideradas receitas, decorreriam das exportações, sendo, assim, isentas da contribuição.

É o Relatório.

3

Processo nº 13855.001750/2004-21 Acôrdão n.º 201-81.260

MF - SEG	CONFERE C	LHO DE COM DM O ORIGIN	ITRIBUINTES	
Brasilia.	10	_09_	12008:	
SHIPS OF ACUSA Mai: Slape 91745				

CC02 C01 Fls. 562

Voto

Conselheiro JOSÉ ANTONIO FRANCISCO, Relator

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, dele devendo-se tomar conhecimento.

Para analisar a questão da tributação das receitas financeiras, é preciso esclarecer que o art. 49 do novo Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, aprovado pela Portaria MF nº 147, de 2007, dispõe o seguinte:

"Art. 49. No julgamento de recurso voluntário ou de oficio, fica vedado aos Conselhos de Contribuintes afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo:

I - que jú tenha sido declarado inconstitucional por decisão plenária definitiva do Supremo Tribunal Federal;

II - que fundamente crédito tributário objeto de:

a) dispensa legal de constituição ou de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 18 e 19 da Lei n.º 10.522, de 19 de junho de 2002;

b) súmula da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 43 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; ou

c) pareceres do Advogado-Geral da União aprovados pelo Presidente da República, na forma do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.''

- Dessa forma, se o STF já houver se pronunciado definitivamente pelo seu Plenário a respeito da inconstitucionalidade de lei, o parágrafo único, I, do artigo acima citado permite que a aplicação da lei seja afastada.

Em 15 de agosto de 2006, publicou-se decisão do Pleno do STF no âmbito dos Recursos Extraordinários nºs 357.950 e 358.273, transitada em julgado em 5 de setembro, que considerou inconstitucionais as alterações das bases de cálculo do PIS e da Cofins promovidas pela Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 1º.

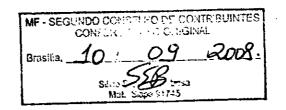
O Acórdão e a ementa tiveram as seguintes redações:

"Após os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio (Relator), Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence, conhecendo do recurso e provendo-o, em parte, e dos votos dos Senhores Ministros Cezar Peluzo e Celso de Mello, provendo-o, integralmente, pediu vista dos autos o

7

40W

Processo nº 13855.001750-2004-21 Acórdão n.º 201-81.260



CC02 C01 Fls 563

Senhor Ministro Eros Grau, Falaram, pela recorrente, o Dr. Ives Gandra da Silva Martins e, pela recorrida, o Dr. Fabricio da Soller, Procurador da Fazenda Nacional. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Nelson Johim (Presidente). Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie (Vice-Presidente). Plenário, 18.05.2005.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Eros Grau, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Nelson Johim.

Plenário, 15,06,2005.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu do recurso extraordinário e, por maioria, deu-lhe provimento, em parte, para declarar a inconstitucionalidade do § 1" do artigo 3" da Lei n" 9.718, de 27 de novembro de 1998, vencidos, parcialmente, os Senhores Ministros Cezar Peluso e Celso de Mello, que declaravam também a inconstitucionalidade do artigo 8" e, ainda, os Senhores Ministros Eros Grau, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e o Presidente (Ministro Nelson Jobim), que negavam provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 09.11.2005.

CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE - ARTIGO 3", § 1", DA LEI N" 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 - EMENDA CONSTITUCIONAL N" 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998. O sistema jurídico brasileiro não contempla a figura da constitucionalidade superveniente.

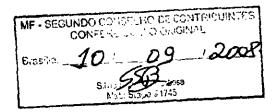
TRIBUTARIO - INSTITUTOS - EXPRESSÕES E VOCÁBULOS - SENTIDO. A norma pedagógica do artigo 110 do Código Tributário Nacional ressalta a impossibilidade de a lei tributária alterar a definição, o conteúdo e o alcance de consagrados institutos, conceitos e formas de direito privado utilizados expressa ou implicitamente. Sobrepõe-se ao aspecto formal o principio da realidade, considerados os elementos tributários.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - PIS - RECEITA BRUTA - NOÇÃO - INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1" DO ARTIGO 3" DA LEI N" 9.718/98. A jurisprudência do Supremo, ante a redação do artigo 195 da Carta Federal anterior à Emenda Constitucional n" 20'98, consolidou-se no sentido de tomar as expressões receita bruta e faturamento como sinônimas, jungindo-as à venda de mercadorias, de serviços ou de mercadorias e serviços. É inconstitucional o § 1" do artigo 3" da Lei n" 9.718/98, no que ampliou o conceito de receita bruta para envolver a totalidade das receitas auferidas por pessoas jurídicas, independentemente da atividade por elas desenvolvida e da classificação contábil adotada."

1

the

Processo nº 13855.001750/2004-21 Acórdão n.º 201-81.260



CC02 C01 Fls 564

Dessa forma, tratando-se de exigência baseada na Lei nº 9.718, de 1998, deve ser afastada a exigência sobre as receitas financeiras.

À vista do exposto, voto por dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 2008.

IOSE ANTONIO FRANCISCO